

Entre o lamento e a resistência: cotidiano e representações de atingidos pela mineração em Paracatu, MG

Luís Fernando Silva Andrade (UFLA) - andradelfs@gmail.com

Flávia Luciana Naves Mafra (Ufla) - flanaves@dae.ufla.br

Valderí de Castro Alcântara (UFLA) - valderidecastroalcantara@gmail.com

André Luiz de Paiva (UFLA) - andrepaiva2@gmail.com

Resumo:

A mineração na América Latina, seguindo um modelo extrativista e exportador, tem gerado grande número de conflitos pelo uso dos espaços. No Brasil, entre vários conflitos, destaca-se a mineração de ouro a céu aberto em Paracatu-MG, pela RPM/Kinross. Diante de discursos e práticas hegemônicas que destacam o papel central da mineração para o desenvolvimento, empregos e tributos, objetivamos compreender como se dá a produção de espaços de resistência frente à mineração em áreas urbanas. Como arcabouço teórico, nos valem da discussão de mineração na América Latina e no Brasil, vinculada aos conceitos de espaço, território e representações. Quanto aos procedimentos metodológicos, realizamos pesquisa documental em conteúdos encontrados principalmente em mídias alternativas (textos jornalísticos, textos de blogs, documentários, reportagens e músicas), que ressignificam e contestam a atuação da empresa mineradora, do poder público e de seus órgãos fiscalizadores. Indicamos nos resultados que as representações estudadas caminham em três direções interdependentes: a resistência à expansão da atividade mineradora; a luta pela saúde e alternativas à miséria da vida cotidiana.

Palavras-chave: *mineração em áreas urbanas; espaço social; representações; resistência*

Área temática: *GT-16 “Da Lama ao Caos”: Reflexões sobre a Crise Socioambiental e as Relações Estado-Empresa- Sociedade*

1 INTRODUÇÃO

*Eu era a Terra livre,
eu era a Água limpa,
eu era o Vento puro,
fecundos de abundância,
repletos de cantigas.
E nós te dividimos
em regras e em fronteiras.
a golpes de ganância
retalhamos a Terra,
invadimos as roças
invadimos as tabas,
invadimos o homem.*

(Missa da Terra Sem Males, Diana Pequeno).

A ‘Missa da Terra Sem Males’ descreve com exatidão o foco da discussão que propomos realizar nesse artigo. A mineração, no Brasil e no mundo, tem influenciado as dinâmicas de formação sócio-espacial e a produção e reprodução das cidades, bem como do espaço rural. Não pretendemos traçar uma linha do tempo sobre a extração/exploração mineral no país, desde seus primórdios. Nos propomos a refletir sobre os processos de dominação exercidos por megacorporações e grandes empresas de mineração, que, tomando empréstimo das palavras de Milton Santos (2015), são aquelas que fazem a política, intermediadas pelos políticos, partindo das experiências, narrativas e práticas dos grupos que resistem (atingidos) às condições impostas pelas mineradoras.

Enquanto o *mainstream* da produção científica gira em torno do aperfeiçoamento dos processos de extração e dos riscos ambientais, voltamos nossa atenção para os atingidos pela mineração, que nos termos dos autores que tomamos como base teórica, podem ser comparados aos ‘pobres’ em Santos (2015). Para isso buscamos evidenciar seus locais de enunciação e as representações concebidas em diversos meios de divulgação que priorizem as vozes dos atingidos pela mineração (textos jornalísticos, textos de blogs e material audiovisual) ressaltando a importância das representações, do cotidiano e dos simbolismos dos atingidos, conceitos diretamente relacionados à formação socioespacial, especificamente a tríade conceitual de Lefebvre (1991), que fundamenta essa discussão.

A mineração de ouro em Paracatu, Minas Gerais tem sido alvo de controvérsias devido a uma extensa discussão sobre contaminação por arsênio e desapropriações de comunidades rurais tradicionais e, recentemente, de moradores de bairros periféricos da cidade. Apesar dos vídeos institucionais amplamente divulgados, notas de esclarecimento e ações de aproximação com a comunidade, não nos interessamos nesse momento pelas representações originadas na empresa mineradora ou no Estado e sim as ressignificações e a ‘explosão’ do vivido dos atingidos, vozes por vezes silenciadas, apresentadas em matérias com pequena abrangência ou pouco acesso, nas canções que exprimem a revolta dos moradores e nos blogs de ativistas e professores que contestam os dados apresentados pela empresa. Dessa forma, nosso posicionamento e intencionalidade são claras e a perspectiva crítica de nosso estudo não advém das teorias e abordagens científicas e sim das premissas e o compromisso dos atores com essa realidade. Cabe destacar também que não será utilizado o conceito de ‘verdade’, nem se intenciona dizer que os dados fornecidos por determinado órgão ou pesquisador são falsos ou verdadeiros. Nas palavras de Lefebvre (1983), todas as representações são em parte falsas e em parte verdadeiras.

A relevância social desse estudo está em problematizar e dar visibilidade ao fenômeno concreto, de grande impacto, que não tem sido foco de debate no contexto acadêmico. Consideramos assim a possibilidade e a necessidade de aproximar os conflitos sociais da academia. Além disso, a opção pela perspectiva dos atingidos pela mineração traz à tona outro

lado da história, daqueles que, mesmo desfavorecidos nas relações de poder, lutam para reconstruir sua realidade. Academicamente, esse estudo contribui para o campo dos estudos organizacionais ao problematizar processos de organização que não são privilegiados pelo *mainstream*, trazendo luzes para repensar conceitos e a produção de conhecimento nesse campo. Além disso, a opção pelos debates sobre a categoria espaço, tema comum à geografia, contribui para politizar esse conceito, compreendendo sua dinâmica por meio de disputas organizativas.

Diante do exposto, nossa questão de pesquisa é: como são produzidos espaços de resistência frente à atividade mineradora? Dessa forma, **o objetivo proposto é compreender a produção de espaços de resistência frente a ação de mineradoras em áreas urbanas**. Para responder essa questão, realizamos um estudo a partir dos registros sobre as manifestações, organizações e práticas de resistência de atingidos pela mineração de ouro no município de Paracatu, Minas Gerais.

Encerrada essa contextualização inicial, indicamos a estrutura do presente trabalho. Além dessa introdução, o artigo é composto pelo referencial teórico. Em seguida, trazemos os procedimentos metodológicos, a natureza da pesquisa e o arcabouço teórico-analítico empregado, para então trazer os resultados encontrados. Por fim, nas considerações finais indicamos as principais contribuições, limitações e agenda de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mineração na América Latina e as Especificidades da Mineração em Áreas Urbanas Brasileiras

Segundo o *Mapping Environmental Justice*, EJAtlas (s./d.), na América Latina, conflitos socioambientais advindos da extração mineral denotam a expansão da fronteira da mineração, que atualmente se dá em áreas socialmente e ambientalmente sensíveis (florestas, recursos hídricos, terras de povos indígenas e outros). Ainda segundo o referido mapa, enquanto que em 1970 a extração de minérios metálicos correspondia a 10% do total de extração mineral na América Latina, em 2009 ela correspondia a 25% do total. A aceleração da extração mineral na América Latina e, conseqüentemente, o decréscimo da qualidade dos depósitos minerais, faz com que mais recursos sejam gastos no processo, como água e energia elétrica, assim como aumenta a quantidade de resíduos gerados e grupos afetados pela atividade. Outra consequência tão funesta quanto as anteriores é a forma como são tratados os conflitos socioambientais originados na mineração: ações coercitivas, criminalização e deslegitimação de movimentos sociais e ativistas ambientais são práticas comuns, indicando a arbitrariedade dos Estados latino-americanos ao tratar da questão. A Figura 01 indica os conflitos originados na mineração, catalogados até o momento pelo *Environmental Justice Atlas* (s./d.), sendo clara a concentração de conflitos nos países andinos.



Figura 1: Conflitos da mineração na América Latina.
 Fonte: EJAAtlas (s. /d.).

As dimensões da expansão e conflitos socioambientais em torno da mineração na América Latina tornam seu estudo um esforço que não pode ser condensado num único artigo (nem tese, nem livro, enfim). Considerando isso, dedicamos nesse trabalho, atenção especial para mineração em áreas urbanas, um fenômeno diferenciado que carece de debates em outras perspectivas, além dos estudos de impactos da atividade mineradora (Bacci, Landim, & Eston, 2006; Baptisti, & Soares, 2004; Farias, 2002) dada a expansão urbana, baixo valor agregado de matérias-primas da construção civil e ainda a ausência de critérios de zoneamento nos municípios que definam prioridades e funções de diferentes áreas. Nesse contexto, ocorre a agudização de conflitos sociais, uma vez que comunidade, empresa e Estado concorrem por diferentes usos do espaço, por vezes fragmentado e deteriorado, produto e produtor das relações socioespaciais que abriga.

Os discursos e outras práticas sociais dominantes sobre mineração no Brasil tem sido marcados por afirmações como “a mineração é um dos setores básicos da economia do país, contribuindo de forma decisiva para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equânime” (Farias, 2012, pp. 2-3) ou ainda “a História do Brasil tem íntima relação com a busca e o aproveitamento dos seus recursos minerais, que sempre contribuíram com importantes insumos para a economia nacional, fazendo parte da ocupação territorial e da história nacional” (Farias, 2012, pp. 2-3). Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2012), existem 8.870 mineradoras registradas no Departamento Nacional de Mineração – DNPM, incluindo tanto aquelas em regime de concessão de lavra quanto de licenciamento. Deste total, 3.609 (40,69%) estão localizadas na Região Sudeste. A produção mineral apresenta franco crescimento nas últimas duas décadas, chegando ao pico de 53 US\$ bilhões em 2011, com quedas nos anos seguintes.

Consideramos importante problematizar as afirmações anteriormente expostas, que fazem parte de um discurso hegemônico, da centralidade do desenvolvimento econômico nas atividades humanas, apresentando aquilo que está sendo esquecido ou ocultado (silenciado) nesse discurso: que desenvolvimento e para quem é esse desenvolvimento? ‘Busca e aproveitamento’ denotam grande eufemismo e não correspondem à perversidade nas relações

entre extração mineral, capital e modernidade no Brasil, assim como os constantes ataques a grupos sociais vulneráveis, como quilombolas, indígenas, geraizeiros, periferias urbanas, dentre outros (EJAtlas, n.d.).

Corroborando tal afirmação e especificando os conflitos urbanos, Barreto, Silva e Oliveira (2012) constata que a mineração em áreas urbanas, principalmente em regiões metropolitanas, tem ocasionado vários conflitos acerca do uso da terra, entre eles “impactos ambientais, urbanização desordenada, desmatamento, assoreamento de rios” (Barreto, Silva e Oliveira, 2012, p. 1003), inseridos em processos socioespaciais. Dessa forma, diferentes atores competem pelo uso e ocupação do solo e os processos de intervenção ou de minimização de impactos são incomuns no setor (Cinccoto, & Silva, 1995). É comum entre os autores (Cinccoto, & Silva, 1995; Barreto, Silva, & Oliveira, 2012; Cavalcanti, & Parahiba, 2012), que este fenômeno ocorre a nível global, diante de um quadro de crescimento populacional, expansão urbana e intensificação da atividade econômica, que, conseqüentemente, exigem maior volume extraído de agregados e minérios. Cinccoto e Silva (1995, p. 156, grifo nosso), ao tratarem da mineração na cidade de São Paulo, afirmam que “[...] grande parte das minerações do município está localizada em **áreas comprometidas pela urbanização**”. Interessante pensar que, essas áreas, presentes também em pequenas cidades, são comprometidas pela mineração.

Nesse contexto, é perceptível a pluralidade de interesses, geradora de inúmeros impasses. Tendo isto em mente, é importante para a compreensão da produção do espaço social, a alocação dos atores envolvidos neste espaço. Concebemos que as relações de poder e resistência entre empresas mineradoras, Estado e comunidade são posições físicas, mas relações dialéticas e marcadas por uma diversidade de interesses. E, nisso, o conflito estudado, apesar das divisões apresentadas por Bacci e Diniz (2013), se relacionam dialeticamente com conflitos sobre o uso da terra e sobre os impactos da exploração mineral.

2.2 Espaço e Território, Representações e Resistência

O conceito de território é relevante para debates de relações e ações de atores envolvidos em relações sócio-espaciais que buscam espaços de atuação, representação e resistência. O conceito de território permite orientar processos de ordenação territorial e analisar conflitos entre diferentes atores pelo uso do espaço social em momentos de disputa por poder.

Santos (2015, p. 96) discute território como “o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, assim deve se pensar em um ‘território usado’, que é base para trocas materiais e simbólicas, assim como do trabalho, da residência e da comunidade. Cabe ainda destacar que Santos (1978, *apud* Martins, 2011), ao criticar os rumos da Geografia, cita a importância do espaço para se pensar o futuro do homem, referenciando as obras *Espaço e Política* e *Production of Space* de Henri Lefebvre. Dessa forma, coexistência e simultaneidade passam a ser elementos de destaque para se entender os processos de urbanização e de produção e circulação de pessoas e mercadorias: “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (Santos 1978, *apud* Martins, 2011, p. 34).

Notadamente, existem diferenças entre espaço e território (Souza, 2005; Haesbaert, 2005). Território, por vezes, é confundido com uma parte do Estado-nação, território nacional (Souza, 2005). Para Saquet (2009) espaço e território são diferentes níveis e processos sócio-espaciais, sendo o espaço social conceitualmente múltiplo e multifacetado e o território uma de suas faces. Nesse caminho, as distinções principais se relacionam com a generalização/especificidade e o papel dos sujeitos. Lefebvre (1991), nessa direção, se refere a espaço e não a território, no entanto, não é um espaço genérico nem a um espaço natural, mas sim a um espaço produzido socialmente, um espaço processo. Nisso, Haesbaert (2005) busca

em Lefebvre (1991) discussões sobre apropriação e dominação dos espaços para a compreensão de territórios.

Esclarecidas as distinções e complementariedades dos conceitos de território e espaço, nos ocupamos de discutir a tríade conceitual de Lefebvre (1991). Henri Lefebvre é fundamental para pensar a formação sócio-espacial. O autor começa tratando do espaço rural e caminha para discussões sobre urbanização, o direito à cidade e a revolução urbana. Lefebvre (1991), em a “*Production of Space*”, levanta críticas a visão de ‘espaço social’ como apenas geométrico ou físico. Indo além disso, para ele, o espaço é um lugar de consumo no qual também ocorre o consumo de lugar, com valores de uso e de troca – dessa forma, é produtor e produzido por relações de produção e de reprodução em um sistema capitalista. (Lefebvre, 2001).

Para Lefebvre (1991), o espaço não pode ser concebido apenas como material, destacando uma concepção triádica de espaço: práticas espaciais, representações de espaço e espaços de representação. Cada concepção se relaciona com diferentes níveis ou camadas e são impossíveis de serem totalmente separadas – portanto, o espaço engloba as práticas espaciais, as formas de produção e reprodução existentes em nossa sociedade; as representações de espaço, vinculadas a sua abstração e os espaços de representação (Neves & Scarcelli, 2016).

Essa concepção leva em consideração as dimensões mental, cultural, social e histórica a partir do conceito de espaço. Assim, as práticas espaciais se relacionam com a vida cotidiana e o emprego do tempo. Nisso, considera associações próximas entre espaço percebido, realidade diária e realidade urbana – rotas, destinos e redes que ligam os espaços como trabalho, vida privada e lazer (Lefebvre, 1991). As representações de espaço se relacionam com “a concepção que é feita pelo modo de produção que as produz, ou seja, serão resultado do conceito que as produziu” (Martins, 2011, p. 74). Os espaços de representação representam “o espaço simbolizado através das imagens e símbolos que as acompanham, o espaço dos artistas e dos filósofos, o espaço da imaginação” (Martins, 2011, p. 74).

O Quadro 1 adaptado de Carp (2008) resume a tríade conceitual de Lefebvre – tendo em vista que é preciso lembrar que tais relações não são estáticas e nem os aspectos da tríade se encontram separados na realidade.

Campo	Aspectos da tríade	Exemplos		Ser Humano
Físico	Prática espacial	Rotas, destino, <i>wayfinding</i> , meios de transporte.	Representações	Meu corpo/seu corpo
	Espaço Percebido	Cheirar, ver, ouvir, saborear, tocar, mover.		
Mental	Representações do Espaço	Planos, discursos, conceitos, métodos, modelos, teorias, disciplinas acadêmicas		Minha mente/sua mente
	Espaço Concebido	Pensar, refletir, sistematizar, idealizar, imaginar, mensurar, categorizar.		
Social	Espaço Representacional	Lar, cemitério, festival, agricultura familiar, escritório, monumento público, Natureza, leito.		Minha experiência direta/sua experiência direta
	Espaço Vivido	Viver o momento, amar, temer, criar, testemunhar, encontrar, intersubjetividade, tomar parte, reconhecer limites, lembrar-se.		

Quadro 1: A Tríade Conceitual de Lefebvre e *frameworks* relacionados a categorias de análise.

Fonte: Adaptado de Carp (2008).

Importante mediação entre o espaço vivido e o espaço concebido é a representação, a qual não se confunde com os dois espaços citados. As representações se formam justamente no trânsito entre o discurso articulado e a vivência, tanto subjetiva quanto coletiva (Lefebvre,

1983). Segundo Silva (2011, p. 106), “a vivência está cheia de representações, pois é ela – a vivência – o que se representa”. Mas a autora esclarece que elas não são sinônimas do vivido, não sendo possível classificá-las como verdadeiras ou falsas. Por transitarem entre o concebido e o vivido, elas podem ser relacionadas ao conhecimento cotidiano, ao senso comum. Lefebvre (1983) ainda esclarece que as representações não são fatos de linguagem, apesar de que o discurso são seus suportes. Vistas como categorias ao mesmo tempo estruturantes e estruturadas, ou produtos e produtoras (Lefebvre, 1991), de forma semelhante ao espaço social, “uma vez que atuam como elementos estruturadores do pensamento e das práticas sociais, e estruturadas porque pertencentes a um mundo social já simbolizado” (Silva, 2011, p. 107), é importante destacar as ordens que interferem na produção do espaço e, conseqüentemente, na produção e circulação de representações.

Não se pode, todavia, compreender essas questões sem considerar as relações global e local e a globalização. Milton Santos (2002, p. 339) indicou a existência de uma ordem local (da escala do cotidiano) marcada pela “[...] copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade” e de uma ordem global marcada pela razão técnica e operacional que ‘desterritorializa’ o espaço e submete a ordem local. Ao buscarmos em Lefebvre (2001), podemos encontrar um debate próximo: a existência de uma ordem próxima e de uma ordem distante na cidade, isto é, “[...] uma mediação entre as mediações” (Lefebvre, 2001, p. 52), promovendo a produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, projetando a ordem distante no espaço, em um processo de produção de espaço.

Nas relações entre global e local, a globalização aparece como importante elemento. Santos (2015, p. 23) a conceitua como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, destacadas a centralidade dos avanços nas tecnologias de informação (que nem a todos informa) e do dinheiro. A globalização, além de sua face fantasiosa de aldeia global e de fim das barreiras, é vista como perversidade: concentração de renda, empresas transnacionais mais poderosas que Estados e a influência cada vez maior do capital nas tomadas de decisão que deveriam pautar os interesses da coletividade.

A perversidade também se dá na produção e reprodução do urbano, nas fragmentações e barreiras, visíveis ou não. A cidade como uma produtora de pobreza, também está envolvida na miséria da vida cotidiana, na destruição dos “lugares de encontro, de lazer e de discussão política; uma racionalidade tecnocrática e planificadora [que] desconsidera as relações sociais existentes” (Tavolari, 2016, p. 102). Ainda assim o cotidiano, um dos elementos centrais da teoria lefebvriana e também destacado como espaço vivido em Santos (2015), aparece como resistência, um clamor por transformação e por uma política centrada no homem.

O direito à cidade, interpretado como direito à obra (e não simplesmente ao valor de troca dos produtos), o direito à apropriação em resposta à propriedade e como um direito ainda a ser construído (Harvey, 2014), um projeto utópico, aliado ao pensamento de Santos (2015) sobre a política dos pobres, construída de cima para baixo, em uma pedagogia da experiência, do conhecimento de outros lugares e situações críticas, que possibilitem a construção de uma visão crítica e a posterior tomada de consciência, nos permite avançar quanto à produção de espaços de resistência

Diante do exposto, consideramos a importância das representações, que são uma mediação entre o espaço vivido (cotidiano e experiência) e o espaço concebido – espaço mental, como forma de pensar outra urbanidade e porque não ‘outra globalização’, possibilidades de saída de projetos homogeneizadores, frutos de indiferenças e interesses restritos, compreendendo que várias representações ‘competem entre si’, algumas se destacando enquanto outras desaparecem. Dessa forma, as representações de resistência dos atingidos pela mineração em Paracatu, Minas Gerais, são também meios de disseminar conhecimentos alternativos e saberes locais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho sintetiza uma pesquisa caracterizada como qualitativa-descritiva. Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, que pode ser realizada por meio de uma diversidade de fontes escritas e não escritas tais como: filmes, vídeos, fotografias, relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações e outros meios (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2015).

A seleção das fontes de dados necessita de maior detalhamento dado o objetivo de compreender a produção de espaços de resistência. Dessa forma primeiramente, optamos por utilizar como fontes de dados as informações de 3 diferentes mapas de conflitos ambientais, que trazem uma visão geral do conflito social e dos atingidos pela mineração de ouro em Paracatu-MG: o Mapa de Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, do Grupo de Pesquisas em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA-UFMG (<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>), o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase (<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>) e o *Environmental Justice Atlas* (<https://ejatlas.org/>). Em seguida buscamos por sites, notícias, produção audiovisual sobre a mineração de ouro em Paracatu que priorizem a voz dos atingidos pela mineração, sistematizando e filtrando conteúdos por esse único filtro: os locais de enunciação privilegiados.

Tendo em vista a importância para este trabalho da tríade conceitual de Lefebvre (1991), vinculada à resistência, torna-se importante compreender não apenas práticas, mas as representações e espaços a elas vinculados. Nisso, a análise de dados foi feita por análise temática (Braun & Clark, 2006), que compreende as etapas (Braun & Clark, 2006) de (1) Familiarização; (2) Geração de códigos e sistematização dos dados; (3) Mapeamento, classificação e agrupamento dos temas; (4) Revisão dos temas; (5) Definição e denominação das categorias de análise.

A familiarização (Braun & Clark, 2006; Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2015) se deu pela leitura dos textos selecionados e assimilação dos vídeos e áudios selecionados. Os conteúdos selecionados foram separados de acordo com sua natureza (produção audiovisual, artigos científicos, artigos jornalísticos, artigos de blogs). No Quadro 2 apresentamos as fontes de dados de acordo com seu grupo, assim como a quantidade de conteúdos selecionados.

Grupo de Conteúdos	Conteúdo Específico	Data*	Título	Visualizações no You Tube
Audiovisual	Documentário	15/10/2010	Ouro de Sangue (Neiva, & Silveira, 2010)	7.342**
	Reportagens	11/01/2011	TVP – Kinross Paracatu e os Impactos Ambientais (Derkiê, 2011)	2.075
		09/03/2015	CQC Proteste Já – Paracatu (Hander Júnior, 2015a)	23.338
		29/04/2015	MGTV – Impactos Ambientais (Hander Júnior, 2015b)	1.067
		01/12/2015	Minas Brasil Notícias – Contaminação de Arsênio (Jornalismo Paracatu, 2015)	70
		14/08/2009	Murro no Olho – Ouro de Sangue	2.562
	Músicas	16/03/2009	Alerta Paracatu – Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha, Salve Paracatu	3.367
		16/05/2016	Arsênio – Arsênio***	
		16/05/2016	Arsênio – O poder do ouro***	

		16/05/2016	Arsênio – Codinome***
		16/05/2016	Arsênio – Ocultan Force***
Textual	Blogs	17/05/2012	Alerta Paracatu - Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo (Dani, 2012a).
		17/11/2012	Alerta Paracatu - Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista. (Dani, 2012b).
		15/07/2010	SOS Arsenic - The worldwide campaign: stop an invisible mass killing (SOS Arsenic, 2010).
		24/06/2014	Ecodebate – Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima (Dani, 2014).
		10/03/2016	Blog do Prof. Márcio – Carta aberta à população de Paracatu (Santos, 2016)
	Jornalísticos****	16/03/2015	Agência Brasil – Expansão da maior mina de ouro do país assusta moradores de Paracatu (Laboissière, 2015)
		26/05/2015	El País – Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio (Alessi, 2015).
		02/01/2016	Correio Brasiliense – Arsênio de mineradora de Paracatu contaminou crianças da cidade (Laboissière, 2016).
		29/04/2015	G1 – Liberação de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência (Vieira, 2015).
		25/06/2012	Paracatu.net – Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de Mineração em Paracatu (Paracatu.net, 2012).

Quadro 2: Conteúdo Analisado.

Fonte: Elaborado pelos autores.

* Indica a data de publicação no *You tube* ou a data da matéria para os textos, **Visualizações da primeira parte do documentário; ***Vídeos ensaios da banda, postados em sua página do Facebook (https://www.facebook.com/Ars%C3%ABnium-371850702910568/?ref=br_rs).

A partir da leitura e/ou visualização de cada um dos grupos, foram estipulados os temas centrais para o estudo: (1) **questão fundiária**; (2) **expansão da atividade mineradora**; (3) **deterioração de espaços sociais**; e (4) **saúde dos moradores**. Tais temas foram revistos e uma segunda leitura e visualização do *corpus* de análise foi feita, chegando a três categorias de análise: (1) **resistência à expansão da fronteira da mineração**; (2) **a luta pelo direito à saúde**; (3) **alternativas à miséria da vida cotidiana**. Essas categorias são apresentadas em detalhes nos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Morro de Ouro: a Cidade de Paracatu e a Mineração da RPM/Kinross

Paracatu é um município de 8260,88 km², localizado no Noroeste de Minas Gerais, com população de 84.718 habitantes em 2010 e população estimada de 91.027 habitantes em 2015 (IBGE, 2015). A história do município está intimamente ligada ao ciclo do ouro e a exploração do território nacional para a obtenção de riquezas minerais: em 1744 foi informado à Coroa Portuguesa a descoberta de minas no Vale do Paracatu, a última grande descoberta aurífera de Minas Gerais (IBGE, 2015).

A abundância dos veios de ouro promoveu o rápido crescimento do arraial, promovido a vila em 1789, denominada Paracatu do Príncipe. A riqueza extraída desvaneceu rapidamente, havendo o declínio da produção de ouro aluvial, que deixou como marcas do período duas igrejas tombadas. Em 1840 foi elevado à condição de cidade. Desde o declínio da exploração aurífera, o município se destaca na produção agrícola: no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2003), havia o registro de 1.972 estabelecimentos rurais, que totalizavam uma área de 511.992 hectares, sendo atualmente o município com maior área agrícola irrigada do Brasil (Souza, Fernandes, & Alamino, 2011).

A realidade da extração mineral em Paracatu sofreu novo revés no final dos anos 1980. Em 1987, uma mineradora transnacional, Rio Paracatu Mineração – RPM, se instalou no perímetro urbano do município com as devidas permissões de agências governamentais para a exploração de uma mina de ouro a céu aberto. A ‘mina do morro de ouro’ é a que possui os menores teores de ouro no mundo (0,43g/ton. de minério) (Alerta Paracatu, 2009). Desde a instalação da RPM, a mineração de ouro em Paracatu desencadeou graves conflitos relacionados à questão fundiária: a desapropriação de terras de quilombolas para a instalação da mina, um claro exemplo de ‘racismo ambiental’, e de ataque a grupos socialmente vulneráveis (Gesta, n.d.)

Até 2003 a principal acionista da RPM era a anglo-australiana Rio Tinto, mas, nesse ano a Kinross Gold Corporation adquiriu maior parte das ações da mineradora e, logo depois, tornou-se a única proprietária da mina. Em 2009, ocorreu a expansão da mina de ouro, que ficou ainda mais próxima dos bairros periféricos de Paracatu (Figura 2). Novas desapropriações foram realizadas e o conflito socioambiental foi agravado, tornando-se mais evidentes impactos comuns da atividade mineradora em áreas urbanas, tais como poluição sonora, poluição atmosférica, deslocamento de ar, rachaduras e trincas em casas de moradores próximos ao local.



Figura 2: Paracatu e RPM/Kinross.
Fonte: Google (2009).

Adiante, percebemos uma disputa pelo uso do espaço em Paracatu, em que a comunidade se vê cercada por uma empresa transnacional, com enorme poder de barganha e influência no Estado. A perspectiva da produção do espaço social, discutida no tópico a seguir, busca evidenciar como isso ocorre no município, entre dinâmicas de apropriação e dominação.

4.2 A produção do espaço social e a atividade mineradora

Considerando a tríade conceitual de Lefebvre (2001), podemos pensar a produção do espaço social em Paracatu à luz de seus conceitos centrais. Entendida como um processo dialético e contraditório, a produção do espaço social envolve uma miríade de aspectos e detalhes que carecem de maior explicação. A prática espacial, vinculada ao espaço percebido

e à forma, nos traz a dimensão da produção e reprodução em lugares específicos em que é relacionada com a atuação da empresa mineradora, também aos deslocamentos e à percepção dos sujeitos inseridos nesse espaço, na cratera vista a poucos metros das casas dos moradores. O emprego e as relações de trabalho dos moradores e suas relações antagônicas com a mineradora também são partes da dimensão da prática espacial, considerando que parte deles são empregados pela RPM/Kinross.

As condições de trabalho e a sociabilidade são também elementos importantes, tanto que o representante do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas, J. Xavier, já utilizou a tribuna da Câmara dos Vereadores de Paracatu, indicando que quando foi necessário, em ocasião de votação de projeto de lei que impediria a expansão da mina, “ela ajoelhou sobre nós pedindo que fizéssemos pressão nos vereadores e no prefeito” e que após o veto do referido projeto “deu as costas para os funcionários e também para nossas famílias”, diante da jornada de trabalho exaustiva e prolongada que dificulta o convívio familiar (Paracatu.net, 2012). Confirmado pela declaração de outro trabalhador [Sr. Rogério]:

A empresa quer colocar toda a carga de viabilidade financeira nas costas dos funcionários e nós nunca conseguimos um diálogo e negociação justa. Tudo tem que ser com promotoria e com pressão na justiça. Peço aos vereadores que comecem a observar a atitude da empresa. (Paracatu.net, 2012).

As representações do espaço, relacionadas à estrutura e ao espaço concebido, como dizem respeito à disposição de elementos responsáveis pela funcionalidade do espaço, são parte fundamental dos processos de abstração do espaço e sua tentativa de homogeneização. A combinação de elementos, como a política de ‘favorecimento’ da empresa junto ao Poder Público, o discurso do potencial de desenvolvimento econômico da cidade demonstram importante argumento: a funcionalidade do espaço, como destacamos anteriormente, serve, nas palavras de Santos (2014) aos ‘donos do tempo’ e ‘do espaço’: os interesses da empresa mineradora transnacional são claramente vistos como preferenciais, em detrimento dos interesses da população local, o que pode ser visto no processo de expansão da mineradora, que contou com resistência local, ações civis públicas e engajamento de diferentes entidades, o que não foi suficiente para barrar o projeto que intensificou a conflito entre moradores e empresa (Alessi, 2015).

Os silêncios, apagamentos e ausências também são parte importante das representações de espaço, como a possível cumplicidade da Poder Público Local relatada em textos analisados (Neiva & Silveira, 2010; Hander Júnior, 2015). De acordo com Alessi (2015), “a Prefeitura da cidade sabe dos riscos, mas, segundo os moradores, nada fez para alertar a população”. O próprio discurso dos representantes da mineradora, de que “‘a presença de arsênio em Paracatu se dá de forma natural’, e que a contaminação dos rios e córregos advém da atividade garimpeira no município” (Alessi, 2015), assim como a estratégia de deslegitimação de discursos contrários àqueles cujos resultados apontam a não contaminação por e exposição crônica ao arsênio indicam as representações dominantes:

A gente não tem só uma desinformação. O que tem é disseminação de algumas inverdades, as quais a gente recusa completamente, porque **nenhuma informação que não seja baseada de fato em dados científicos reconhecidos** e que sejam ditas, elas são irresponsáveis e levianas – Gerente de Comunicação e Relacionamento com a Comunidade (Hander Júnior, 2015b, grifo nosso).

Diante deste quadro, cabe destacar a importância dos espaços de representação e das alternativas às práticas e representações dominantes. Nosso esforço teórico e prático vai em direção das ressignificações da vida cotidiana e como ‘contra racionalidades’, nos dizeres de Santos (2014), são construídas, os três tópicos a seguir, que apresentam as três categorias analíticas anteriormente expostas, representam a produção de significados e de representações que concorrem e contradizem as representações hegemônicas encontradas na mídia e no

discurso de responsabilidade socioambiental da empresa mineradora. Apesar de nos concentrarmos nos dizeres dos moradores e ativistas da cidade, em textos jornalísticos, de blogs e produção audiovisual, alguns contrapontos e esclarecimentos são trazidos para ilustrar ou esclarecer as situações expostas.

4.3 Comendo Paracatu de Colher pelas Beiradas: resistência à expansão da mineração

Tiram a tranquilidade até nas nossas moradas
Comendo Paracatu de colher pelas beiradas
A poeira que levanta do buraco da ganância
De tamanha atrocidade por onde ela avança

(Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha. Salve Paracatu! – Autor Desconhecido)

O processo de implantação da mina em 1987 e sua posterior expansão envolveu conflitos com comunidades tradicionais e moradores do município. A área utilizada pela mineradora pertencia a comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP, cujas terras não foram demarcadas e processos de indenização para a desapropriação de terras permanecem sem solução (Gesta, n.d.). A expansão da mina, em 2008, para a triplicação da produção de ouro (de 5 para 15 ton./ano) e volume de minério processado de 18 para 60 milhões de ton./ano, até 2040 (Fiocruz/Fase, n.d.).

Interessante figura de linguagem é utilizada pelos moradores para retratar a exploração de ouro em Paracatu por uma empresa transnacional: “Paracatu tá parecendo uma colônia, [...] de quando os portugueses vieram pra cá” (Neiva, & Silveira, 2010). Indagada sobre como é ter um vizinho como a RPM, a moradora R. Machado, afirma que “é um horror, um absurdo, uma afronta, uma falta total de respeito com a gente. Eles ameaçam a gente de todas as formas” (Neiva, & Silveira, 2010). Além das desapropriações e moradores que cederam à pressão exercida pela empresa – “eles estão tirando todo mundo do lugar” [M. C. dos Santos] – há casos de moradores do bairro Amoreiras 2 que já venderam seus terrenos e que novamente são atingidos pela mineração, dada a expansão da mina: “Saí, mas continuo vizinha da mineradora. É muita poeira e muito barulho. A casa vive cheia de rachaduras por causa das detonações – E. da S. Pereira (Laboissière, 2015).

A paisagem de Paracatu também aparece como elemento visual de maior destaque, da cidade a ser engolida pela mineração: “a imagem é de terra arrasada, cenário de filme apocalíptico [...]. A mina, hoje a maior do país em movimentação de minério, não para de crescer para atender à corrida mundial pelo ouro”, cujo valor de venda e demanda tem aumentado exponencialmente nos últimos anos (Derkiê, 2011).

O impacto ambiental nos córregos São Domingos e Santo Antônio e no Ribeirão Santa Rita é profundo, os córregos estão assoreados e com baixíssima vazão de água, enquanto o Ribeirão está com as águas contaminadas, tal situação leva à escassez na comunidade de São Domingos (Gesta, n.d.): “todo ano dava enchente aqui, a água ia até aquela mangueira, hoje a água não passa da cerca” – R. Machado. Os moradores ainda indicam o impacto na fauna e na flora, com espécies nativas cada vez mais raras, “acabou a água, acabou as mangabas, os pequis, acabou as gabiobas” (Neiva, & Silveira, 2010). Adiante, os moradores, após o crime ambiental de Mariana, MG, também expressam sua preocupação com a barragem de rejeitos da Kinross, que em audiência pública sobre a segurança das barragens, manifestaram o medo que sentem das explosões e do rompimento da barragem (Jornalismo Paracatu, 2015).

As informações e relatos anteriormente trazidos indicam que a expansão da mineradora afeta as comunidades do entorno, social, ambiental e culturalmente, havendo incompatibilidade entre tal expansão e o uso do espaço pela comunidade, num processo de territorialização predatória, que desconsidera a presença de comunidades seculares. Poucos

moradores ainda resistem e se mantêm em suas terras, cujos terrenos vizinhos já foram todos comprados pela mineradora, apesar da proximidade com a mina e os transtornos gerados, alguns enxergam tal situação como resistência à atuação da mineradora na compra dos terrenos, outros como alternativa única de manter condições mínimas de abrigar suas famílias (Neiva, & Silveira, 2010), mesmo que em um espaço deteriorado pela mineração. As canções analisadas (banda Arsênium) também retratam a contradição entre o uso do solo pela empresa e pela comunidade, assim como criticam a destinação dos lucros vultosos da mineração e o ônus social e ambiental deixado para os moradores e as próximas gerações num caráter de crítica e denúncia da realidade do município.

4.4 O Morro Morto: a luta pelo direito à saúde

A poluição que está nos matando
Vem da montanha, do morro morto
Crianças que nascem com formas de porcos
Porcos mutantes com formas de gente
(Ouro de Sangue – Banda Murro no Olho)

Outro ponto de debate e contradição entre pareceres de órgãos reguladores, pesquisadores e moradores é a contaminação por arsênio. De acordo com a SOS Arsenic (2010), o arsênio é uma das mais potentes toxinas ambientais, espalhado na água, no solo e no ar, afetando praticamente todos os órgãos e relacionado às 10 principais causas de morte da Organização Mundial da Saúde, dentre elas doenças cardiovasculares, diabetes, doenças do sistema nervoso e pode até mesmo agravar doenças infecciosas por afetar o sistema imunológico dos seres vivos por ele contaminados. Essa contradição é vista nas palavras de Vieira (2016): “Para alguns, os efeitos do metal liberado na mineração em Paracatu é [sic] responsável por casos de câncer na cidade. Outros dizem que a concentração do produto é baixa e não causa risco à saúde”.

O relatório do CETEM – Centro de Tecnologia Mineral, de um estudo realizado entre março de 2011 e dezembro de 2013 e apresentado em audiência pública em 18 de março de 2014, indicava “que as concentrações de arsênio nas águas de abastecimento doméstico e no ar podem ser consideradas baixas”, assim como amostras de sangue, urina e cabelo apresentaram um teor menor ou igual aos níveis de referência da Organização Mundial da Saúde e da legislação Brasileira (Vieira, 2016). Referenciais estes criticados por ativistas e pesquisadores que consideram não haver um valor mínimo seguro (SOS Arsenic, 2010). O relatório do CETEM também foi criticado por nova reunião ter sido feita em 22 de março de 2016, sem a presença de moradores atingidos, e que os dados anteriormente apresentados careciam de correções:

Nessa nova reunião a portas fechadas, os pesquisadores do CETEM, Instituto Evandro Chagas e Unicamp informaram que a “reanálise” dos dados apresentados na audiência pública de 2014 revelou que a média de contaminação por arsênio em Paracatu é de 15 µg/L (microgramas por litro) de urina, ou seja, quase cinco vezes o que eles mesmos haviam anunciado, e que na verdade existiriam, entre as cerca de 800 pessoas amostradas, 13 casos de contaminação por arsênio acima de 50 µg/L na urina, inclusive três pessoas teriam apresentado arsênio acima de 100 µg/l na urina: uma moradora do bairro Paracatuzinho e outros dois moradores do bairro Amoreiras. As outras pessoas que teriam apresentado concentração de arsênio na urina acima de 50 µg/l foram 2 moradores do bairro Paracatuzinho e 8 do bairro Amoreiras. (Marques, 2016).

Em 2012, 425 pacientes de Paracatu eram tratados no Hospital de Câncer de Barretos, referência nacional para o tratamento dessa doença (Dani, 2012a), tanto que uma casa de apoio para pacientes com câncer foi instalada em Paracatu, que em 2015, atendia entre 2 a 12

pacientes por dia. B. Petrov, um dos diretores do hospital, afirmou que “em 2014, o Hospital do Câncer, realizou 1.153 atendimentos de pacientes vindos da cidade de Paracatu” (Hander Júnior, 2015a).

Assim, mesmo que em um primeiro momento a vinculação da luta pela saúde possa parecer distante da produção social do espaço, as disputas e contradições entre diferentes autores quanto à contaminação por arsênio, assim como a relação dos moradores com essa disputa, evidenciam elementos que impactam diretamente o cotidiano, as experiências, ou seja, os espaços de representação.

Os moradores relatam como sua saúde foi alterada após o início da mineração da RPM/Kinross: “nós morava aqui antes dessa firma vir pra cá, nós brincava, corria nesses pastos e não sentia nada. E depois dela a vida de nós mudou totalmente. É só remédio, gastamos o que nós não tem” – S. P. da Cruz (Neiva, & Silveira, 2010). Os relatos de câncer, dos moradores cujos relatos estão no conteúdo audiovisual e nos textos analisados, são frequentes e denotam a insegurança e a incerteza dessas pessoas quanto ao seu futuro e ao futuro de suas famílias (Neiva, & Silveira, 2010; Dani, 2014; Hander Júnior, 2015a, 2015b).

Nova audiência Pública foi realizada em 28 de junho de 2016, em que o geólogo M. J. dos Santos apresentou dados de pesquisa independente realizada em 2015, cujos resultados indicam altos níveis de contaminação, principalmente em crianças (Laboissière, 2016; Paracatu.net, 2016). Indicando que as contradições e disputas quanto à contaminação de arsênio é atual e ocorre no município, enquanto muitos dos moradores lidam em sua vida diária com a ameaça invisível do arsênio, denunciada por ativistas e pesquisadores. Aqui as representações que desafiam a ordem estabelecida são encontradas nas canções de Arsênium, banda paracatuense de *black metal* e de Murro no olho, banda *punk* de Brasília, destacando as referências a contaminação, mutações e o descaso das autoridades competentes com a natureza e a saúde da população.

4.5 Alternativas à Miséria da Vida Cotidiana: Entre Nostalgia e Resistência

Sete quilos de arsênio são liberados no ar
Por uma grama de ouro que daqui vai voar
Pro Canadá!
Por que o ouro tem poder de mandar calar
(O poder do Ouro – Banda Arsênium)

Diante da apresentação dos dilemas da expansão da atividade de mineração e da luta pela saúde, cabe agora refletirmos mais profundamente sobre a degradação o espaço social pela atividade mineradora e como o cotidiano dos moradores é afetado (além dos transtornos das detonações e dos riscos de contaminação). Percebemos um sentimento de nostalgia e lamento, um lamento pelas relações sociais e o envolvimento com a natureza local, transformados e deteriorados pela ação da empresa mineradora, assim como um desencantamento com a realidade atual e seus locais de enunciação:

Eu não acho certo não. Eu acho um horror, eu fico olhando isso aqui [o córrego assoreado]. Acho um horror terem feito um absurdo desse aí. Uma coisa tão bonita quanto era aqui, entende? A gente sente muito, muito mesmo. As beleza que nós já viu aqui nessa praia e agora ver desse jeito. A gente lamenta muito – C. L. dos Reis. (Neiva, & Silveira, 2010).

Os moradores fazem um retrato de desesperança diante da situação que enfrentam e do poder e influência que a RPM/Kinross possui junto as autoridades locais e estaduais: “todo mundo calou a boca, porque todo mundo morre de medo da RPM, que a RPM tem dinheiro, a gente não” [M. L. Oliveira] ou ainda “eles são pessoas muito poderosas, a gente é que tem que se retirar né?” [N. A. de Oliveira] (Neiva, & Silveira, 2010). Essas são frases comuns,

como os moradores interpretam sua relação conflituosa com a empresa mineradora. Há ainda relatos de profissionais que não conseguem desenvolver mais suas atividades, como os ourives de Paracatu, já que ouro não é mais comercializado no município

Cabe ainda destacar que, diante do ‘esvaziamento’ das comunidades e desapropriações, a cultura do município também foi prejudicada. R. F. da Silva destaca que a Caretada, festa tradicional do município em homenagem a São Domingos, passada há várias gerações, em que os participantes utilizam máscaras e trajes típicos, dificilmente ocorre e com número reduzido de participantes, ainda afirma: “uma nova escravatura para o meu povo, que não te obriga a trabalhar, não te bate, mas te impede de você viver como você vivia” (Neiva, & Silveira, 2010).

A modificação profunda nas condições materiais e, porque não, imateriais é ponto de acordo nos depoimentos, assim como a chegada de um momento que que moradores não tem mais condição de resistir e, com pesar, abandonam o local em que nasceram e foram criados – “Nascido e criado”, uma figura de linguagem comum para se indicar os vínculos fortes com comunidades e com locais de origem.

Moradores também relatam a dificuldade de conseguir indenizações e de até mesmo acessar o Poder Público, enquanto alguns ‘não entraram na justiça’ por acharem que ‘não tinha jeito’ e não possuem qualquer forma de apoio jurídico e institucional e que onde forem as portas se fecharão, outros relatam a morosidade de processos: “o [processo] que eles [pessoas da RPM/Kinross] entram é rápido, quando é do povo não anda” – R. Machado (Neiva, & Silveira, 2010). Morosidade que é relatada nas ações civis públicas movidas contra a RPM/Kinross:

Uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pela Fundação Acangau defende que a mineração de ouro em Paracatu é economicamente inviável, ecologicamente insustentável e socialmente injusta. Esta ACP pediu a realização de um estudo epidemiológico clínico-laboratorial e a interrupção imediata do envenenamento crônico da população de Paracatu, mas está suspensa, por decisão judicial e com a anuência do Ministério Público, desde 2009. (Dani, 2012b).

Tais evidências nos levam a considerar o papel central da violência (estrutural) contra culturas e povos, impossibilitados de manter suas tradições e os locais de sua convivência, expressão do seu cotidiano e das suas experiências: “isso é retirar do indivíduo parte do próprio direito à vida, em sentido pleno, que não é só estar vivo, comendo, dormindo e trabalhando. É a sua cultura” – P. M. Serrano Neves (Neiva, & Silveira, 2010). Salientamos também, que de forma mais extensiva, a essas pessoas é negado o direito à cidade, o direito à obra, de fazer parte da construção de seus futuros, a antítese do que é defendido por autores como Henri Lefebvre (1991, 2001) e David Harvey (2014): é a miséria da vida cotidiana, no esvaziamento de significados e extinção dos lugares de encontro e simultaneidade.

Na corrente de pensamento da busca pelo direito à cidade, da política feita pelos pobres, ou por aqueles que destoam da racionalidade hegemônica, podemos destacar das produções textuais e audiovisuais aqui apresentadas. A atuação de ativistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil, alguns deles (S. U. Dani; P. M. Serrano Neves; M. J. dos Santos; S. Neiva; A. Silveira, dentre outros) atuam diretamente na ressignificação de cotidiano das comunidades de Paracatu e na produção de conteúdo que evidencia as vozes da população e também em organizações da sociedade civil, redes de apoio e movimentos sociais, cujas relações fogem ao escopo desse trabalho.

Buscando reflexões sobre o pensamento de Lefebvre (1991, 2001), Santos (2014) e Freire (1984, 2014), verificamos a importância da produção e circulação de outros conhecimentos, que evidenciem as experiências daqueles cujas vozes muitas vezes são silenciadas ou que as presenças são desconsideradas ou apagadas nos momentos de decisão, dos quais não tomam nem fazem parte. As representações, como meio termo entre o vivido e

o concebido, podem favorecer a disseminação de informação e fomentar discussões e reflexões, para que então possamos pensar outro modo de lidar com a extração mineral e, mais importante ainda, dar às pessoas a centralidade que merecem nas decisões, análises e produções acadêmicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos que o uso de teorias de formação sócio-espacial, nas dimensões física, mental e social, e na mediação entre vivido e concebido, as representações, pode trazer perspectivas diferenciadas para se tratar conflitos advindos da atividade mineradora, principalmente em áreas urbanas. Em um contexto mais amplo, o modelo extrativista para minérios adotado no Brasil e na América Latina, como indica o *Environmental Justice Atlas*, é profundamente vinculado à atuação de empresas transnacionais, cuja atuação predatória e complacência (na melhor das hipóteses) dos Estados, tem gerado inúmeros conflitos. Paracatu está inserida nessa realidade, daí a importância de pensarmos que os efeitos da globalização, assim como da planificação dos espaços trazem contribuições relevantes não apenas para os Estudos Organizacionais, indicando a centralidade da política nos conflitos socioambientais, onde a periferia é cada vez mais facilmente percebida, enquanto os centros de poder e tomada de decisão são difusos.

A perversidade dessas relações entre o capital, Estado e atingidos, revela a fragmentação e a tentativa de homogeneização dos espaços sociais, que como esclarece Lefebvre (2013, p. 123) leva a uma “[...] contradição (diabólica) não expressa, inconfessa, não explicitada”. Ainda assim, mesmo que os empresários das megacorporações atuem sem consideração pelas comunidades no entorno das minas, ou orientados por uma “responsabilidade socioambiental”, outras racionalidades e outros saberes transitam pelo espaço ou território afetado. Ainda mais: outras representações, que contestam a imposição do modelo desenvolvimentista e da importância dos empregos e dos tributos, são produzidas, tanto pelos atingidos quanto pelos ativistas locais.

Em meio a desesperança e tristeza, notáveis nos dizeres e semblantes dos atingidos (presentes nas representações audiovisuais), cabe destacarmos que outros locais já conseguiram vitórias significativas para a preservação de sua natureza e comunidades, por exemplo, a *Kinross Gold Corporation* teve suas atividades de exploração de águas para uso na mineração de ouro embargadas pelo governo chileno, ainda que o dano ambiental tenha sido imenso (Reuters, 2016). Na outra extremidade, para transitarmos entre o otimismo e pessimismo, há cidades, como Cerro de Pasco, no Peru em que a cidade foi literalmente engolida pela mineração, com altíssimos níveis de contaminação por chumbo e grande parte das casas próximas ao abismo tornaram-se inabitáveis (Michel, 2014). Esses dois casos, dentre tantos outros, indicam a necessidade de repensarmos ações e a produção e circulação de representações, com o intuito de promover os primeiros passos de um projeto utópico de transformação de uma atuação empresarial que desconsidera a importância das comunidades, seus locais e relações.

Quanto às limitações deste trabalho, destacamos que, devido à busca por aprofundamento das representações de resistência existentes em Paracatu, temos ciência que um pequeno volume de material foi processado, escolhido especialmente para propiciar uma narrativa de diferentes aspectos do cotidiano como resistência dos moradores e ativistas. Um maior volume de dados poderia trazer outras nuances para o estudo, o que de toda forma se justifica pelo escopo do trabalho – com destaque para meios que tragam posições e representações contra-hegemônicas.

Quanto a uma possível agenda de pesquisa, destacamos elementos evidenciados que carecem de maiores esclarecimentos, mas que não pertenciam ao escopo do trabalho e outros suscitados pelos resultados que encontramos: (a) as desapropriações e apagamento de

comunidades tradicionais traz à tona a importância de se discutir o racismo ambiental e como muitos dos conflitos se dão por atividades empresariais predatórias que afetam grupos vulneráveis, como quilombolas e indígenas, dentre outros; e (b) dentro da necessidade de conhecer outros locais e experiências, é também importante verificar como a contradição da atividade mineradora e o uso do espaço se dá em outros conflitos socioambientais, em áreas urbanas ou rurais, no estado de Minas Gerais e na América Latina.

Referências

- Alessi, G. (2015, 26 maio). *Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio*. Recuperado em 20 junho, 2016 de http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/politica/1432561404_705347.html.
- Bacci, D. d. L. C., & Diniz, T. M. R. d. G. (2013). Mining in urban areas: methodological proposal for the identification and mediation of socio-environmental conflicts. *Rem: Revista Escola de Minas*, 66, 369-374.
- Bacci, D. d. L. C., Landim, P. M. B., & Eston, S. M. d. (2006). Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. *Rem: Revista Escola de Minas*, 59, 47-54.
- Baptisti, E. de, Jorge, N. F., & Soares, L. (2004). Mineração de agregados em área urbana: planejamento integrado e recuperação ambiental. *Exacta*, 2, 203-212.
- Barreto, E. P.; Silva, C. M. M.; Oliveira, P. F. P. (2012). Análise da Mineração em Áreas Urbanas no Contexto do Ordenamento Territorial: Estudo de Caso do Município de Jaboatão dos Guararapes, Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 5, (5), 1002-1018.
- Braun, V.; & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Dani, S. U. (2012, 17 maio). *Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo*. Recuperado em 20 de junho de <http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2012/05/arsenio-liberado-pela-kinross-em.html>.
- Dani, S. U. (2012, 17 novembro). *Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista*. Recuperado em 20 de junho de <http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2012/11/incidencia-de-cancer-em-paracatu-e.html>.
- Dani, S. U. (2014, 24 junho). *Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima*. Recuperado em 20 de junho de <https://www.ecodebate.com.br/2014/06/24/denunciaarseniodeparacatunaoescolhevitima/>.
- Dani, S. U; & Santos, M. J. dos. (2016, 28 junho). *Carta aberta à população de Paracatu*. Recuperado em 30 junho, 2016 de <http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2016/07/carta-aberta-populacao-de-paracatu-28.html>.
- Derkiê, L. [ruiter872]. (2011, 01 janeiro). *Kinross Paracatu e os problemas ambientais*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=8rk4F8pLEBY>.
- Farias, C. E. G. (2002). Mineração e Meio Ambiente no Brasil. *Relatório do CGEE/PNUD*, 2002. Recuperado em 12 setembro, 2014, de http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/miner_c3_a7_c3_a3o_20e_20meio_20ambiente.pdf.

- Fiocruz/Fase (n.d.). *Poluição ambiental grave e persistente, exposição crônica ao arsênio e outras substâncias tóxicas, além de expulsão de comunidades tradicionais, são algumas das consequências da extração de ouro a céu aberto em Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016 de <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=219>.
- GESTA. (n.d.). *Denúncia de contaminação por metais pesados de propriedades adjacentes à extração de ouro em Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016 de <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=461>.
- Haesbaert, R. (2005). Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: *Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, SP, Brasil, 10.
- Hander Júnior. (2015, 10 março). *CQC Paracatu - Proteste Já - 09/03/2015*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=eoqEE2BmFU>.
- Hander Júnior. (2015, 30 abril). *Paracatu MGTV_29/04/2015*. [Arquivo de Vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=dX1CwjQi8Y0>.
- Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*.
- IBGE. (2015). *IBGE Cidades – Paracatu*. Recuperado em 30 junho, 2016, de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314700>.
- Jornalismo Paracatu. (2015, 01 dezembro). *Audiência Pública debate segurança das barragens da Kinross em Paracatu*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=8g75nFxWCcc>.
- Laboissière, P. (2015, 16 março). *Expansão da maior mina de ouro do Brasil assusta moradores de Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016 de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/expansao-da-maior-mina-de-ouro-do-pais-assusta-moradores-de-paracatu>.
- Laboissière, P. (2016, 02 janeiro). *Arsênio da mineradora de Paracatu contaminou crianças*. Recuperado em 20 junho, 2016 de http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/01/02/interna_cidadesdf,512559/arsenio-de-mirneradora-de-paracatu-contaminou-criancas-da-cidade.shtml.
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lefebvre, Henri. (2013). Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, 27(79), 123-132.
- Marques, L. (2016, 28 junho). *Nível de contaminação por arsênio em Paracatu está muito além do considerado ideal, aponta estudo*. Recuperado em 30 junho, 2016 de <http://paracatu.net/view/6839-nivel-de-contaminacao-por-arsenio-em-paracatu-esta-muito-alem-do-considerado-ideal-aponta-estudo>.
- Martins, S. F. (2011). Considerações a respeito da produção do espaço em Henri Lefebvre. In: Machado, C. R. S., & Martins, C. A. A. *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios*. Rio Grande: Editora da FURG. 69-84.
- Michel, A. H. (2014, 29 dezembro). *A cidade engolida pela mineração*. Recuperado em 30 junho 2016 de http://motherboard.vice.com/pt_br/read/a-cidade-engolida-pela-mineracao.
- Neiva, S.; & Silveira, A. [Sandro Neiva]. (2010, 15 outubro [2008]). *Ouro de Sangue* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=GWQWihPqSHE>;

- https://www.youtube.com/watch?v=m_OuhWFoWBg;
<https://www.youtube.com/watch?v=NnfPuzGHnKQ>;
<https://www.youtube.com/watch?v=ENGyZwmT8YU>;
<https://www.youtube.com/watch?v=ujBaEI9m-iw> [partes 1 a 5].
- Neves, L. R.; & Scarcelli, I. R. (2016). Cidade: Uma análise psicossocial do espaço citadino após inundação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (63), 159-180.
- Paracatu.net. (2012, 25 julho). *Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de mineração em Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016 de <http://paracatu.net/view/3776-sindicato-pede-atencao-do-legislativo-quanto-as-atividades-de-mineracao-em-paracatu>.
- Reuters. (2016, 20 março). Chile regulators shuts down Kinross mine water installation. Recuperado em 30 junho, 2016, de <http://www.reuters.com/article/chile-mine-idUSL2N16S0BX>.
- Sá-Silva, J. R.; Almeida, C. D. de; & Guindani, J. F. (2015) Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.
- Santos, M. (2015). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Saquet, M. A. (2009). Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 73-94.
- Silva, L.R. da. (2011). As representações na obra de Henri Lefebvre: aporte teórico para um estudo sobre a produção/circulação de representações sobre os negros na escola brasileira. In: Machado, C. R. S., & Martins, C. A. A. *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios*. Rio Grande: Editora da FURG. 101-114.
- Souza, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.
- SOS Arsenic. (2010, 15 julho). *The worldwide campaign: stop an invisible mass killing*. Recuperado em 20 junho, 2016 de <http://sosarsenic.blogspot.com.br/2010/07/stop%ADinvisible%ADmass%ADkilling%ADworldwide.html>.
- Tavolari, B. (2016). Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, 104, 93-109.
- Vieira, F. (2015, 29 abril). Liberação de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência. Recuperado em 20 junho, 2016 de <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/04/liberacao-de-arsenio-de-mineradora-de-paracatu-mg-e-tema-de-audiencia.html>.